



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO –  
CAMPUS SERRINHA**

**ALISSON LIMA RODRIGUES**

**EXPERIÊNCIAS DE CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NO BRASIL:  
UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

**SERRINHA - BA  
2022**

**ALISSON LIMA RODRIGUES**

**EXPERIÊNCIAS DE CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NO BRASIL:  
UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano-*Campus* Serrinha, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Dr. Davi Silva da Costa

**SERRINHA - BA**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Ricardo Santos do Carmo Reis - CRB – 5ª / 1649

Rodrigues, Alisson Lima

R696e Experiências de circuitos curtos de comercialização no Brasil: uma pesquisa bibliográfica/ Alisson Lima Rodrigues: Serrinha, Ba, 2022.  
55 p.; il.: color.

Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas ) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Serrinha.

Orientador: Prof. Dr. Davi Silva da Costa.

1. Agricultores familiares. 2. Feiras livres. 3. Consumidores. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. II. Costa, Davi Silva da (Orient.). III. Título.

CDU: 631

**ALISSON LIMA RODRIGUES**

**EXPERIÊNCIAS DE CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NO BRASIL:  
UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano–*Campus* Serrinha como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

APROVADO EM 14 / 06 / 2022 conforme Ata de Defesa nº 3/2022 - CAT-CCPROFEPT/CAT-DDE/CAT-DG/RET/IFBAIANO assinada.

**BANCA EXAMINADORA**

Davi Silva da Costa  
IF Baiano – Campus Catu

Adilton Silva Gomes  
IFBA – Campus Salvador

Heron Ferreira Souza  
IF Baiano – Campus Serrinha

**SERRINHA - BA**

**2022**

**Dedico esta pesquisa a todos (as) agricultores familiares, que lutam diariamente para produzir e comercializar seus produtos. E para minha mãe, mulher e agricultora familiar.**

## AGRADECIMENTOS

De forma mais genérica, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com a minha trajetória, como discente, apresentada neste trabalho. Agradeço especialmente:

Agradeço, primeiramente, a mim mesmo, por não desacreditar em mim. Mesmo passando por dificuldades e tropeços na vida fez com que a palavra *desistir* não fosse uma saída e sim a de lutar para conseguir chegar onde estou hoje, finalizando este ciclo maravilhoso.

Agradeço a minha família que me apoiou neste ciclo Mainha, Painho, Irmã, Sobrinhas e meu Avô.

Aos meus amigos que me aguentaram quando eu estava todo atribulado durante os dias de aula.

Aos docentes da graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas do IF Baiano, e foram super importantes para a formação do profissional que estou me tornando, por passar um pouco do seu conhecimento para mim. Vocês são inspiradores.

E por último a minha turma 2019.1, que foi super importante para mim, por toda colaboração e parceria, nos momentos alegres e tristes. Vocês são fantásticos(as)!! A nossa sintonia é incrível e a cooperação é de outro mundo.

Obrigado.

**“Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo.”**

**Peter Drucker**

RODRIGUES, Lima Alisson. **Experiências de circuitos curtos de comercialização no Brasil: uma pesquisa bibliográfica.** 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Serrinha, Serrinha, BA, 2022.

## RESUMO

O conceito de Circuitos Curtos de Comercialização é quando há uma venda direta entre produtor e o consumidor, nesse entendimento o Circuitos Curtos de Comercialização, não tem nenhum ou até um atravessador entre agricultor e consumidor. Esta pesquisa pretende discutir experiências de circuitos curtos de comercialização no Brasil, a partir de publicações em periódicos acadêmicos, caracterizando alternativas deste modelo. Os conceitos de produção, circuitos curtos de comercialização e feiras livres foram contextualizados neste trabalho. Foi realizado uma metodologia a pesquisa qualitativa com o método de levantamento de dados por periódicos para ser analisados e caracteriza esse modelo de comercialização. Foram discutidos os conceitos, relacionado ao território do sisal a feira livre local, constatando as falhas do Estado em presta assistências e mecanismos para possibilita um trabalho mais ético nesses espaços. Por fim o trabalho propõe para pesquisas futuras o aprofundamento a função e relevâncias das feiras, para atender as demandas dos consumidores locais para assim garantir o ético e o justo deste modelo de comercialização.

**Palavras-Chave:** Agricultores(as) Familiar(es). Feiras Livres. Consumidores.



RODRIGUES, Alisson Lima. **EXPERIENCES OF SHORT COMMERCIALIZATION CIRCUITS IN BRAZIL: A BIBLIOGRAPHICAL RESEARCH**. 59 P. Work Course Conclusion (Technologist in Cooperatives Management) Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano - *Campus Serrinha*, Serrinha, BA, 2022.

### **ABSTRACT**

The concept of Short Commercialization Circuits is when there is a direct sale between producer and consumer, in this understanding the Short Commercialization Circuits, has none or even a middleman between farmer and consumer. This research aims to discuss experiences of short marketing circuits in Brazil, from publications in academic journals, characterizing alternatives of this model. The concepts of production, short commercialization circuits and free markets were contextualized in this work. A qualitative research methodology was carried out with the method of data survey by periodicals to be analyzed and characterized this model of commercialization. The concepts were discussed, related to the territory of sisal and the local free market, noting the failures of the State in providing assistance and mechanisms to enable a more ethical work in these spaces. Finally the work proposes for future research to deepen the function and relevance of the fairs, to meet the demands of local consumers to thus ensure the ethical and fair of this marketing model.

**Keywords:** Farmers Family. Short Commercialization Circuits. Free Fairs. Consumers.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escolinha do Professor Raimundo - versão adaptada por estudantes do curso de Gestão de Cooperativas.....	17
Figura 2 - Visita técnica à Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES), em 2019.....	18
Figura 3 - I Semana do Cooperativismo, 2019.....	19
Figura 4 - Card de divulgação/apresentação do Seminário Integrador IV, 2020.....	20
Figura 5 - A proximidade social proporcionada pelos Circuitos Curtos.....	20
Figura 6 - Os resultados dos Circuitos Alimentares Curtos.....	21
Figura 7 – Lera de Coentro.....	24
Figura 8 - Lera de Alface.....	24
Figura 9 - Interconexões entre atores dos Circuitos Curtos de Comercialização.....	40
Figura 10 - Posicionamento das políticas públicas nos Circuitos Curtos de Comercialização.....	43
Figura 11 - Relação possível entre Circuitos Curtos e Autonomia.....	46

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados obtidos em cada buscador.....	27
Quadro 2 - Tipo do material encontrado para o referencial teórico.....	28
Quadro 3 - Resultado da metodologia.....	28
Quadro 4 - Resultados para análises de dados.....	29
Quadro 5 - Artigos selecionados e analisados.....	30

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: UM POUCO DE MIM E MUITO DA TRAJETÓRIA	13
2. METODOLOGIA	26
3. RESULTADOS E REFLEXÕES: COMO OS TRABALHOS ACADÊMICOS PODEM INSPIRAR?	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

## 1. INTRODUÇÃO: UM POUCO DE MIM E MUITO DA TRAJETÓRIA

O presente trabalho de escrita monográfica tem como objetivo discutir experiências de circuitos curtos de comercialização no Brasil que é um modelo de comercialização de venda direta entre agricultor e consumidor caracterizado por ter uma interação face a face entre os atores, a partir de publicações em periódicos acadêmicos, caracterizando alternativas deste modelo. Importante, antes de chegar aos contornos do que me proponho a analisar, me apresentar enquanto pessoa, para que seja possível identificar o meu olhar e meu lugar de fala, como pesquisador.

Sou o único filho homem dentre os três e o mais novo. Meu pai Antônio, conhecido como (Galego) cearense e minha mãe Maria, conhecida como (Nena) baiana, me deram o nascimento na região metropolitana de Salvador - Bahia, na cidade Candeias. Por lá morei até meus nove anos de idade e no dia 26 de dezembro de 2006, minha família precisou se mudar, após o assassinato de minha irmã mais velha aos seus dezoito anos de vida. Viemos para a cidade natal de minha mãe, Conceição do Coité - Bahia, interior da Bahia, cerca de 212 km da Capital Salvador, especificamente no distrito de Bandiaçu, distante doze quilômetros de Coité. Além desta fatalidade, que foi o maior motivo da mudança, também minha avó materna estava doente, precisando de cuidados.

Antes de toda essa mudança de cidade e vida, eu era uma criança feliz, estava em uma época de descoberta das novidades tecnológicas, uma criança curiosa e participativa na escola, que sonhava em ser médico e apaixonado pelo ritmo arrocha nascido em Candeias. Minha irmã mais velha era meu espelho, por ser a primeira filha e a mais velha entre os irmãos(a), eu era super ligado a ela, pois me incentivava nos estudos e me levava nos ensaios das bailarinas do cantor Tayrone, já que suas amigas eram dançarinas dele. Ela era uma garota sonhadora que teve sua vida interrompida aos 18 anos de idade, foi embora um pedaço da família, amada por todos e conhecida por sua beleza na época do acontecimento.

Depois da morte de Aline, minha irmã mais velha, foi preciso reconstruir uma vida, tentar erguer uma família, abalada sentimentalmente. Todo esse acontecimento foi avassalador em minha vida e na minha cabeça por ser uma criança que já compreendia tudo que estava acontecendo.

Durante a fase da 4ª série do ensino fundamental, passei por muito bullying, as “brincadeiras” eram diárias, os apontamentos de dedo na rua era de doer dentro de

mim. Saber que as pessoas estavam falando de mim na minha ausência, coisas do tipo: “Oh, aquele ali é o irmão da menina que mataram” era muito ruim. Toda essa carga fez com que eu tivesse uma fase de rebeldia, não queria estudar direito, ainda repeti a 4º série mais uma vez no ano seguinte, entre os anos de 2007 e 2008. No ano seguinte fui para o ginásio, no colégio onde estudei até o ensino médio. A fase de ensino fundamental II, foi horrível e sofri muito bullying . A falta de incentivo e o déficit no ensino da escola no meu último do ensino fundamental II no ano de 2011 eram grandes e tive o pico das agressões verbais entre os colegas.

Essa situação já estava afetando meu psicológico e me conduzindo para uma fase de pensar em desistir de ir à escola. Tive um momento de profunda tristeza ocorrido no corredor da escola, as lágrimas vieram à tona, as mãos tremiam, até que algumas amigas próximas sentiram minha falta na sala de e foram atrás de mim e me encontraram muito triste e desgastado psicologicamente por todo acontecimento.

Minhas colegas relataram para uma professora o ocorrido e no dia seguinte ela foi até a sala de aula e soltou o verbo sobre o que estava acontecendo comigo, pedido respeito. Esse momento foi marcante, fez com que acendesse uma luz dentro de mim e reagir tão bem a aquele momento de acolhimento e defesa, que comecei a pensar em mim já no futuro.

A fase do ensino médio entre 2012 até 2015 com a conclusão, foi transformadora e onde comecei a me dedicar ainda mais aos estudos e buscar por aprender ainda mais e voltar a pensar na possibilidade de fazer uma faculdade. Concluir o ensino médio em um ano muito crucial para estudantes de baixa renda, onde os programas que possibilitam ingressar em uma universidade ficavam mais difícil. Mesmo assim não deixei que essa possibilidade ficasse só em sonho ou palavra e comecei a me dedicar aos estudo e entrei na Universidade Para Todos, programa do governo que auxiliam com aulas de professores gratuitamente para os alunos que queira presta o Enem e Vestibular e consegui obter nota suficiente para concorrer uma vaga nos principais programas de acesso à universidade. No ano de 2017 passei na seleção do CETEP SISAL para o curso Técnico em Nutrição e Dietética na cidade de Serrinha – Bahia e passei dois anos viajando todos os dias para Serrinha tendo uma média de 50 minutos entre minha casa até a instituição. Em 2018, já finalizando o curso, fiz novamente o Enem e o resultados saíram em janeiro de 2019. Ainda no ano de 2018 concluí o curso Técnico muito importante para meus saberes profissional e

peçoal, aprendi muito nele e já torcia para que fosse possível o acesso ao ensino superior.

Ainda na fase do curso técnico, comecei a querer ainda mais fazer uma faculdade, o que me fez ficar muito ansioso nas madrugadas anteriores às provas e assim, diminuía a qualidade de sono e meu desempenho no Enem por ser uma prova grande e cansativa.

Após conclusão do curso técnico, me interessei ainda mais na área da nutrição e pensei logo em começar a continuar nesta área, só que eu já estava de olho em faculdades públicas já que minha família não teria condição pagar as mensalidades de uma faculdade particular e por isso eu fazia o Enem e sempre ficava ansioso com os resultados das notas quando saiam e foi assim por quatro anos, inclusive enquanto eu fazia o curso técnico. Voltemos então às expectativas da nota do Enem de 2018, o qual fiquei contente com o que fiz e aguardei ansiosamente pela nota. Comecei a buscar os cursos e perseverar nas orações para ingressar em uma universidade pública pelo Sisu. Como este processo de seleção é por nota, fiquei angustiado, e escolhi o bacharelado em Nutrição na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador, por ser um desejo próprio como primeira opção e a segunda opção foi pensada na logística e viabilidade de cursar a graduação e optei pelo tecnólogo em Gestão de Cooperativas no IF BAIANO em Serrinha o SISU só abre 2 vezes por ano e com limite de escolha para 2 cursos de graduação por pessoa e semestre, no IF Baiano Campus Serrinha só abre turma anualmente e a escolha do curso teve esse fator de influência também. Na semana de inscrição, o sistema do SISU ficou sobrecarregado e oscilou bastante. Até o último dia da semana útil eu estava na última vaga do curso de Nutrição e depois que olhei pela última vez deixo não passei por poucos pontos e fui contemplado com uma vaga no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas em 2019.

Fiz minha matrícula e então conquistei meu sonho naqueles momentos de ingressar em uma graduação e principalmente por ser pública. Apesar de o curso ser novo e não ter informações sobre ele, fui apresentado ao mundo do cooperativismo e pude conhecer pessoas articuladas com esta temática. O primeiro semestre foi difícil, muitas novidades e cobranças por estar no ensino superior. A disciplina de Seminário Integrador foi desafiadora para mim, tive enormes problemas com o projeto e o nervosismo também. Mais no final do semestre deu tudo certo para o que foi executado até aquele momento. Já no segundo semestre o leque foi maior para mim

de conhecimentos dentro da graduação e participamos de cursos fora do IF, visita a uma fundação e atividade teatral para agregar ainda mais na minha formação e já finalizando o ano letivo de 2019.2 minha turma teve a oportunidade de ir e conhecer a Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES) onde tivemos a oportunidade de estar em um ambiente cheio de cooperativas, associações e grupos produtivos. Neste evento e em um só espaço, todos os 27 territórios da Bahia estavam sendo representados por sua comida, bebida, artesanato, doces, culturas e pessoas. Foi um dia de grande perspectiva para o desejo de me aprofundar ainda mais na graduação e no ano letivo seguinte tivemos que pausar os estudos dentro do IF, essa pausa ocorreu que no final do ano de 2019, iniciou uma pandemia mundial, no qual atingiu todo o mundo e todos os setores, milhares de pessoas infectadas e mortas por esse vírus<sup>1</sup>. Durante a pausa das atividades do IF, por conta dos decretos de isolamento e de suspensão completa das aulas, eu comecei a me envolver ainda mais na graduação. Já participava, um pouco antes da pandemia, do colegiado do curso, como representante discente, no qual fiquei por três semestres, que é o tempo limite máximo da representação. Com este papel, pude participar de algumas tomadas de decisões e reformulação de Projeto Pedagógico de Curso (PPC), mesmo durante a pandemia. Nesta posição levei algumas questões dos discentes para o colegiado e tive um maior conhecimento dos documentos da instituição e do curso. Também faço parte do Núcleo Articulador em Projetos e Ações em Gestão de Cooperativas (NAPAGC) no qual desenvolvo a comunicação do núcleo nas mídias digitais e assim apresento o curso em alguns canais de comunicação como o Instagram, uma rede social potente em visibilidade e acesso, o que permite que pessoas que não possuem muitas informações sobre a temática e sobre o próprio curso, assim como eu não tinha, possam se informar, interagir e inclusive sugerir.

Neste momento de distanciamento, até podermos assistir aulas através das plataformas virtuais, senti saudades das atividades presenciais. A vivência no curso superior, mesmo que atravessada pelas viagens noturnas e diárias entre Conceição do Coité e Serrinha, eram fundamentais para meu aprendizado. Trarei alguns desses momentos, para que seja possível entender o que significou a minha formação e

---

<sup>1</sup> Segundo o site <https://covid.saude.gov.br/>, em 02 de junho de 2022, temos no Brasil trinta milhões e sessenta mil casos de infecções e mais de seiscentos mil e sessenta mortos.



inserção nas atividades do curso, o que legitima a minha paixão por essa área antes desconhecida para mim.

Abaixo, na Figura 1, uma atividade que me marcou bastante, sobretudo por ter me tirado do conforto e ter me feito refletir sobre a Lei do Cooperativismo<sup>2</sup>. Na imagem, estou na extremidade direita, com uma blusa cinza.

**Figura 1:** Escolinha do Professor Raimundo - versão adaptada por estudantes do curso de Gestão de Cooperativas.



Imagem: Autor (2019).

Neste dia fizemos uma adaptação da escolinha do professor Raimundo, com a junção do humor e o conhecimento acumulado sobre o terceiro setor e cooperativismo. Este dia foi muito gratificante para nós discentes, após conseguir executar a atividade com muita alegria e conhecimento e originalidade dos discentes para a execução da atividade da disciplina de Cooperativismo II da Professora Suellen e podermos aprender e sorrir, algo importante para dar sentido à formação e fazer valer os desafios enfrentados.

---

<sup>2</sup> Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro DE 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm), acessado em 13 de março de 2022.

Abaixo, uma figura 2 da visita técnica à Feira que mencionei acima, no texto. Na fotografia, estou localizado na extrema direita.

**Figura 2:** Visita técnica à Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES), em 2019.



Imagem: Autor (2019).

A visita técnica ocorrida na cidade de Salvador, em novembro de 2019 foi para a Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária, a feira consegue reúne os 27 territórios baianos, teve como objetivo de promover espaços de comercialização para os produtores e produtoras da agricultura familiar e reuni nesse espaço as representações dos aspectos tradicionais, culturais, turísticos e principalmente, o potencial produtivo destes agricultores familiares Baiano potencializando a economia local nos dias do evento (AGELHA, 2020).

A I Semana do Cooperativismo (SEMCOOP) foi um evento que uniu três eventos (I Semana do Cooperativismo, II Feira da Economia Solidária e Inovação social e IV Semana da Consciência Negra). Ocorreu em dezembro do ano de 2019, contou com a participação dos discentes e docentes do curso de Cooperativas, teve oficinas, apresentações de trabalhos, palestras e uma feira de economia solidária no último dia do evento a figura 3 a abaixo mostra um dos dias do evento.

Figura 3: I Semana do Cooperativismo, 2019.



Imagem: Autor (2019).

Abaixo, na Figura 4, e o início da escolha do meu tema de monografia e foi ganhando mais força durante o processo de pesquisa de matérias para embasa o projeto teoricamente, a disciplina para o desenvolvimento desse projeto e a do seminário integrador I, II, III e IV, ela tem como objetivo de aproxima os discente aos empreendimentos, com duração de 4 semestre nesta disciplina tivemos que fazer um projeto e o processo da pesquisa foi dividido em atividades que cada componente faria as pesquisas dos textos, ferramenta para complementar a execução e a escrita do projeto. Este trabalho foi realizado nos quatro semestres, dividido em fases como a de diagnostico, ações a serem feitas, execução e a última foi a de resultados com a apresentação no quarto semestre. Como dito as, quatros, fases a última foi a que mais me empolguei, por está pesquisando trabalhos sobre os circuitos curtos de comercialização, conseguir ler e analisar alguns modelos dessa comercialização e pude identificar uma relação pessoal maior com o tema. Comecei a mim colocar nesse modelo de comercialização como citado no meu memorial que está na introdução sobre o meu trabalho na feira local. Na figura 4 abaixo mostra a capa do trabalho apresentado no formato remoto. Após este trabalho escolhi os circuitos curtos de comercialização como meu tema de Trabalho de Conclusão de Curso. Nos próximos

capítulos vocês verão mais sobre estas experiências e o aprofundamento com tema para minha pesquisa de trabalho de conclusão de curso.

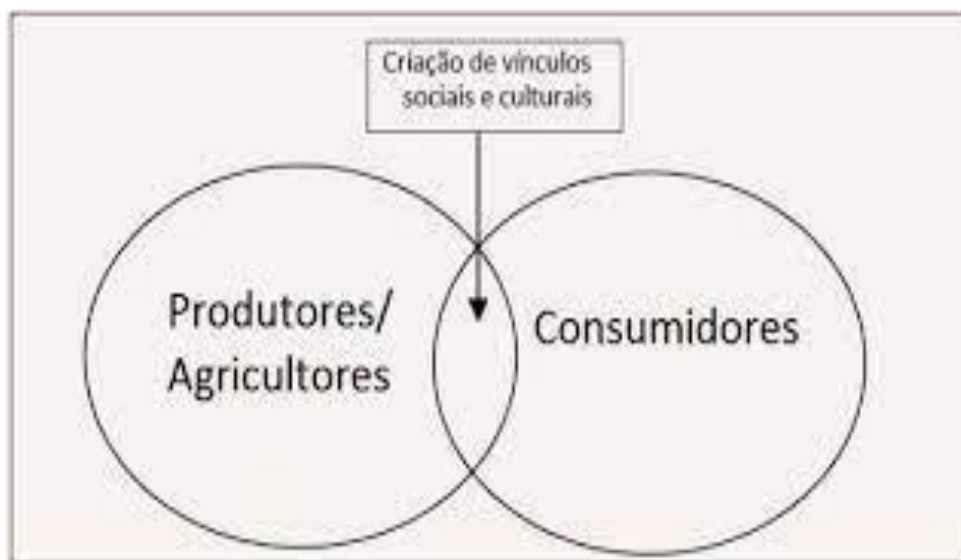
Figura 4: Card de divulgação/apresentação do Seminário Integrador IV, 2020.



Fonte: Autor (2020).

Entendi neste processo, que a agricultura familiar tem um papel importante na vida dos brasileiros, visto que, através dos esforços de milhares de pequenos e médios produtores rurais, a economia do nosso país tem superado alguns déficits causados por outros setores econômicos. Entretanto, nunca foi fácil para os agricultores familiar produzir e comercializar nos mercados internos, primeiro devido às limitações governamentais, mais nos governos de Lula e Dilma houve um avanço para o acesso as políticas públicas, segundo por falta de incentivos aos pequenos comerciantes e produtores. Soma-se a este mercado, também o artesanato, a agroindústria, a pecuária, o extrativismo, que possuem entraves e dinâmicas que dificultam o acesso e a valorização por consumidores que desconhecem os processos, não constroem relações de interesse e valorização e que não se colocam ativamente como consumidores(as) éticos(as), justos(as) e responsáveis. Essa dinâmica, necessária, pode ser percebida na Figura 5, a seguir.

**Figura 5:** A proximidade social proporcionada pelos Circuitos Curtos.



Fonte: Braz (2017). Disponível em:

[https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/qt18\\_1505477942\\_arquivo\\_trabalhosingacompleto.pdf](https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/qt18_1505477942_arquivo_trabalhosingacompleto.pdf), acessado em 04 de fevereiro de 2022.

Compreende que os Circuitos Curtos de Comercialização é quando há uma venda direta entre produtor ou consumidor, nesse entendimento o Circuitos Curtos de Comercialização, não tem nenhum ou até um atravessador entre agricultor (ou outra atividade que mencionei acima) e o consumidor e assim criam uma relação de reciprocidade e confiança mais a relação campo e cidade como a Figura 2 nos mostra. Desta maneira, foi possível também olhar minhas práticas como consumidor e como futuro gestor de cooperativas e meu entorno, além de articular minha formação teórica com esses pressupostos e dinamizar minhas atitudes a fim de possibilitar buscar soluções para superar o paradigma do CCC.

Dessa maneira, o desenvolvimento social e econômico local, o fortalecimento da agricultura familiar e suas atividades pluriativas<sup>3</sup> e o comércio justo tornam-se

---

<sup>3</sup> Segundo Schneider (2007), a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção. Essa interação entre atividades agrícolas e não agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. A forma de exercício da pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, a sua variabilidade que dependerá das características do território em que estiver inserida. Acredita-se que, por meio da pluriatividade, os agricultores familiares possam estabelecer iniciativas de diversificação das suas ocupações interna e externamente à unidade de produção, bem como aumentar as fontes e as formas de acesso a rendas.

fundantes. Compreendo então que os Circuitos Curtos de Comercialização contribuem também para a segurança alimentar. Percebo isso a partir do pressuposto que os(as) próprios(as) consumidores(as) começam a adquirir produtos desses(as) agricultores/produtores(as) com uma maior frequência por saber quem produz, como é produzido e a quem se destina o seu desembolso pelo produto.

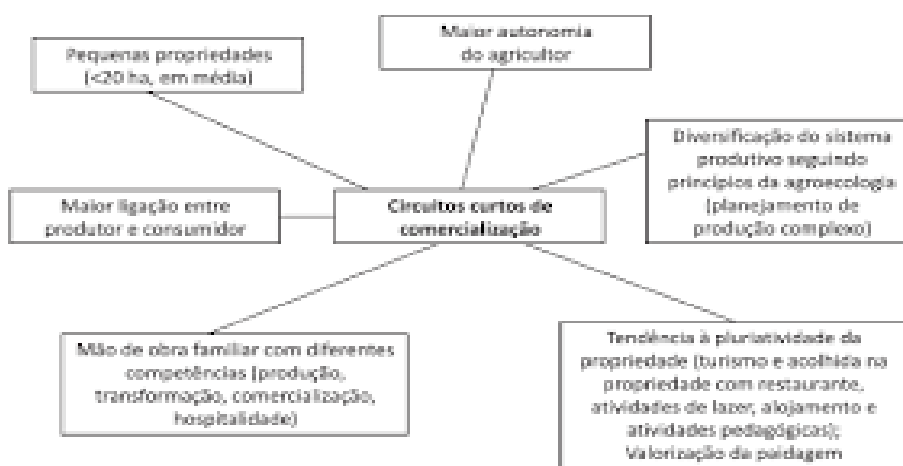
Dente forma, fomos a campo e tivemos contatos com algumas cooperativas sendo elas a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha, Cooperativa Agricultura Familiar de Conceição do Coité e a Rede Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão e foi possível compreender como essas cooperativas se organizam e executam suas atividades como a de comercialização e escoamento de sua produção para programas do governo Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos. Nessa perspectiva, pudemos relacionar a prática da gestão de cooperativas com os ensinamentos aprendidos como construir estudo de viabilidade econômica, escrever projetos para empreendimentos solidários, a gestão de pessoas sobre a relação do trabalho em equipe entre outras dentro do curso superior em Tecnologia em Gestão de Cooperativas.

Como problema de pesquisa, a partir destas questões elencadas, questionaremos, a partir de trabalhos acadêmicos e experiências nacionais sobre Circuitos Curtos de Comercialização e Agricultura Familiar, que inspirações podem ser refletidas e interpretados à luz de potencializar uma reflexão a adequação dessas experiências para? Assim, nosso objetivo é descrever estratégias e experiências com Circuitos Curtos de Comercialização, especificamente os interligados à agricultura familiar a partir, das experiências relatadas em periódicos científicos. Como objetivos específicos: i) caracterizar as experiências dos Circuitos Curtos de Comercialização e Agricultura Familiar encontradas em artigos científicos; e, ii) identificar as potencialidades e dificuldades encontradas no Circuito Curto de Comercialização.

A escolha do presente tema, como citei já no capítulo acima, foi iniciada durante os semestres anteriores a este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando estava nos componentes curriculares Seminário Integrador 1 a 4. Nestes componentes, executamos um projeto de intervenção que foi realizado em equipe e o nome do trabalho foi “Estratégias de Marketing via Circuito Curto de Comercialização”. Durante a pesquisa, vimos que o tema seria viável para a nossa proposta de aproximar

os(as) agricultores(as) familiares participantes das cooperativas aos(as) consumidores(as) locais e tentar viabilizar a Cooperativa da Agricultura Familiar de Conceição do Coité no projeto com a comunidade local e aproximar a relação entre os agricultores(a) e consumidores utilizando mídias digitais para fazer esta aproximação. Nesta intenção, começamos a adaptar objetivando um dos resultados do Circuito Curto de Comercialização, isto é, aproximar os(as) agricultores(as) familiares aos(as) consumidores(as) diretamente, ou seja, sem intermediários, como inspirados na Figura 6, a seguir.

**Figura 6:** Os resultados dos Circuitos Alimentares Curtos.



Fonte: Adaptado de Chaffotte e Chiffolleau (2007) e Mundler (2008).

A cidade de Conceição do Coité - Bahia é pertencente a região do sisal, o território do sisal fica situado na região do semiárido baiano e ocupa 3.6% de área no estado da Bahia com 564.692 km<sup>2</sup>. O território é composto por 20 municípios Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Quijingue, Nordestina, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente (Silva, 2016). Tem agricultura familiar como uma forte atividade econômica, mais se destaca e movimenta mais são a produção de sisal e indústrias de calçados e entre outros setores. Já minha comunidade no distrito de Bandiaçu que fica localizada no município de Conceição do Coité a 12 km de distância da sede Coité e nos finais de semana realiza uma feira local, onde minha família e algumas pessoas da comunidade comercializam produtos como Hortaliças (Coentro, Couve, Alface e Cebolinha) Frutas (Abacate, Coco,

Mamão, Laranja, Manga, Tangerina e Seriguela) Bolos (Aipim, Puba, Torta Salgada, Leite e Normal com Chocolate) neste aqui alguns ingredientes para a produção são in natura (O leite do coco, Leite de Vaca, Aipim) são produção pelos Agricultores Familiares e Feirantes da comunidade de Bandiaçu e alguns produtos são adquirido por alguns feirantes no municio de Conceição do Coité são sazonal e por isso são comprado em mão de terceiros para conseguir abastecer a comunidade como ex: Tomate, Cebola, Pimentão, Pepino, Quiabo, Pimenta do Reino, Corante, Limão e Gengibre. Assim acontece a revenda desses produtos.

Algumas Figuras 7 e a 8 da produção de Hortaliças de minha família abaixo:

Figura 7: Lera de Coentro



Imagem: Autor

Figura 8: Lera de Alface



Imagem: Autor

A caracterização das feiras livres locais:

Os circuitos curtos de comercialização, notadamente as feiras livres, têm se mostrado estrategicamente promissores no propósito de efetivar o escoamento da produção de muitos agricultores familiares. As feiras livres são caracterizadas por ocorrerem em espaços públicos e com periodicidade, são locais onde ocorrem trocas de mercadorias entre produtores, além de propiciar o escoamento da produção agrícola local. Nas feiras ocorre a proximidade nas relações comerciais, há contato direto entre produtor e consumidor, vivência, tradição e cultura (Pierrri & Valente, 2015).

O modelo de produção e comercialização dos circuitos curtos de comercialização e também visto pelo alongamento da distância entre os agricultores familiar e os consumidores, mas é também caracterizado pelo número de



atravessadores para que o produtor chegue até consumidor final, ele tende a ter um ou nenhum atravessador. É por isso:

Podemos dizer que os sistemas alimentares ou cadeias podem ser compreendidos como todas as etapas necessárias, desde a produção até o consumidor final. O conceito de cadeias de produção sob a abordagem americana recebeu o nome de Agribusiness Commodity Approach (CSA) e sob a abordagem francesa chamou-se de filière ou fileiras. Recentemente, na Itália, vem sendo discutido o conceito de fileira curta, que explora a territorialidade na abordagem de fileira. (Vial; Sette; Batisti & Sellitto, 2009).

Continuando as afirmações de produção, mercado e escoamento de acordo:

Segundo outro autor, a CSA engloba todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Tal sistema inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final. O conceito engloba todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio (Zylbersztajn, 1995, p. 118).

O próprio sistema faz com que essa alternativa esteja interligada para que as etapas citadas acima tenham sincronia no andamento do processo para até o processo dos resultados esperados. No que diz aos circuitos curtos de comercialização de alimentos:

O enfoque dos circuitos curtos de comercialização de alimentos - CCCA ou cadeias agroalimentares curtas, que envolve relações de maior conexão entre produtores e consumidores, tem sido campo de discussão entre pesquisadores, ocasionando o surgimento de conceitos e caracterizações em diversas partes do mundo, como por exemplo nos Estados Unidos, Reino Unido, França e Brasil. Não obstante, “A relação entre mercados e agricultura familiar constitui-se em um tema que somente recentemente passou a despertar o interesse dos estudiosos rurais” (Schneider & Ferrari, 2015, p. 59).

Esta alternativa está sendo potencializada entre os países acima, há estudos dos modelos e comparações feitas entre estes países, assim pode se ter um diagnóstico de como é a execução prática dos países de fora do Brasil como na França, podendo trazer novas alternativas e modelos para aplicação em nosso país. Os autores descrevem três dimensões:

Segundo Schneider e Ferrari (2015), as cadeias curtas se apresentam como opções com diferentes dimensões: (i) espaciais, ao abreviar as distâncias que os alimentos percorrem entre a produção e o consumo; (ii) social, ao gerar contato face a face entre produtores e consumidores, que resultam em confiança e integração na cadeia; e, (iii) econômica, criando mercados locais para a produção. Ainda conforme os referidos autores, devido à complexidade da produção alimentar contemporânea, as cadeias curtas e convencionais acabam não tendo seus limites definidos.

Não obstante, “As cadeias agroalimentares curtas parecem representar uma dimensão importante nos novos padrões de desenvolvimento rural emergentes. Através delas estabelecem-se novos padrões de consumo

agroalimentares e uma maior conexão entre produtores e consumidores” (Ferrari, 2011, p. 92). As principais características das cadeias curtas são: especificidade, aproximação entre produção e consumo, e, enraizamento. Os autores esclarecem também que as cadeias curtas são uma forma de comercialização que visa à eliminação da intermediação ao longo da cadeia e que são uma maneira dos produtores recuperarem o controle sobre suas vendas e obter um ‘justo’ preço pelos seus produtos. As cadeias curtas podem acontecer através dos produtos produzidos nas pequenas agroindústrias rurais familiares ou em relações face a face, como vendas a domicílio e feiras livres (Schneider & Ferrari, 2015).

Por ser uma alternativa viável para escoar a produção dos agricultores familiares, a pesquisa irá propor um olhar de reconhecimento do valor do produto da agricultura familiar e do processo de produção, pois muitas vezes estes agricultores familiares só desejam ouvir o reconhecimento dos consumidores sobre seu trabalho para produzir esses produtos. Para que isso se fortaleça mais o cooperativismo vem tendo um papel essencial para apoiar esses agricultores familiares criar alternativas de comercialização numa perspectiva de cooperação, um trabalho que envolva a todos as pessoas daquele ambiente de produção e comercialização principalmente incentiva de sua autonomia financeira dos agricultores familiar. Portanto, os agricultores familiares garantem o escoamento da produção e a possibilidade de trabalha direto ao consumidor e assim estimular a economia local e a interação mais a relação entre o rural e urbano.

## **2. METODOLOGIA**

O presente trabalho tem como caminho a pesquisa qualitativa. Esta escolha tem como base a compreensão de que o método qualitativo de pesquisa é aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais (MINAYO, 2013).

Quanto a seus objetivos, esse estudo é definido como uma pesquisa exploratória. Segundo GIL (2002, p.41) esta classificação “tem como o objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses, incluir levantamento bibliográfico e entrevistas”.

O autor Fonseca (2002, p. 32) afirma que a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de levantamentos de referências teóricas já analisadas. Para realizar uma

pesquisa desse tipo, de acordo com o autor citado, podemos utilizar plataformas digitais, através dos buscadores encontrados e disponíveis na internet. Assim, nesta pesquisa conseguirá ter um panorama do que já foi publicado sobre o assunto e neste formato de pesquisa consegue recolher informações sobre o problema de pesquisa.

O tipo desta pesquisa auxilia o pesquisador desta pesquisa a caracterizar as experiências. Dessa forma, ela diagnostica os levantamentos preliminares que foram feitos anteriormente ao início da pesquisa.

Para a construção desse lócus de pesquisa foram utilizados repositórios como *Google livros*, *1 library*, *Scielo*, *Google Acadêmico*, e o livro *Circuitos Curtos De Comercialização, Agroecologia E Inovação Social do Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina* e o *Repositório Institucional da Universidade Federal do Recôncavo Baiano*, foram utilizando esses repositórios pelo fator de que eu já utilizava matérias deles.

Dessa forma, a partir destes buscadores foi realizado o levantamento inicial em torno da temática, para o qual foram utilizadas palavras-chave como: *Circuitos Curtos de Comercialização e Agricultura Familiar*. No quadro 1, a seguir, apresenta os resultados encontrados em cada buscador e para qual etapa do trabalho foram utilizados.

Quadro 1 – Resultados obtidos em cada buscador.

<b>Buscadores</b>	<b>Etapa</b>	<b>Resultados</b>
Google Acadêmico	Referencial Teórico	1
Repositório Institucional da UFSC	Referencial Teórico	1
Repositório Institucional da UFRB	Referencial Teórico	1
Google Livro	Metodologia	1
Scielo	Análises de Dados	6
1 Library	Análises de Dados	18
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	Análises de Dados	9

Fonte: Elaborado pelo Autor

Na tabela 1 foram anexados dados das primeiras buscas para a construção deste trabalho, a etapa de pesquisa foram feitas em três fases: 1º fase da pesquisa foi para o referencial teórico para esta fase foram pesquisados trabalhos voltados ao que esta pesquisa propõe, 2º fase da pesquisa foi para metodologia deste trabalho

nesta fase foi selecionado definições teóricas sobre metodologia e descreve como será aplicada neste trabalho e a 3º fase da pesquisa para buscar trabalhos para análise de dados utilizados os repositórios mostrados na quadro 1 e usando delimitações de palavras chaves para esta fase. Os resultados estão descritos nas tabelas acima e nas próximas tabelas que estão neste trabalho.

Para a seleção do referencial teórico foram utilizados os seguintes buscadores: Google Acadêmico, Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina e o Repositório Institucional da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, extraídos resultados da pesquisa para o referencial teórico vista no quadro XX.

Na metodologia foi utilizado e selecionado o Buscador Google livro. Para esta fase da pesquisa, usou a apostila de metodologia científica FONSECA (2002).

E na última fase da primeira busca para a análises de dados foram utilizados os seguintes buscadores Scielo,1 library e o Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e os resultados encontrados estão descritos no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - tipo do material encontrado para o referencial teórico.

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
Artigo	1
Livro	1
Dissertação	1

Fonte: Elaborado pelo Autor

Quadro 3 - Resultado da metodologia.

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
Apostila	1

Fonte: Elaborado pelo Autor

No quadro 3 está inserida somente o resultado da pesquisa feita pelo buscador citado na tabela 1 descrevendo o tipo e a quantidade de resultados e para complementar a metodologia desta pesquisa, foram citados outros autores para estrutura a metodologia desta pesquisa estes autores não foram citados na quadro 1 e nem no quadro XX por serem encontrado em livro físico como o do GIL (2016) e o artigo da MINAYO (2013).

Quadro 4 - Resultados para análises de dados.

<b>Tipo (s)</b>	<b>Quantidade</b>
Artigo e Dissertações	6
Mamografia, Artigo e Dissertação	18
Dissertações	9

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para o quadro 4. descreve o tipo e quantidade da pesquisa que especificou em suas buscas as palavras-chave. No Scielo, para as buscas, as palavras-chave tiveram que ser específicas, utilizando a expressão “circuitos curtos de comercialização”, foram feitas outras tentativas, e só obtivemos resultados com estas palavras. Para os demais buscadores, ele obteve resultados usando as palavras-chave “circuitos curtos de comercialização” e “cooperativismo” combinadas.

Está última etapa da pesquisa foi destinada para a análise de dados como foi vista no quadro 1, que foram descritos repositórios e quantitativos de resultado para concluir essa etapa da pesquisa, nessa fase foi excluído 2 Repositórios Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Scielo, os trabalhos encontrados nestes repositórios não tiveram relação direta ao que esta pesquisa se propõe e por isso foram excluídas da análise de dados, também foram excluídos as teses e dissertações pelo tempo que eu tinha para escreve esta pesquisar. Foram incluídos artigos com pesquisas que influenciaria está pesquisa o repositório 1 libransy foi o escolhido para ser usado nas buscas de dados já que o mesmo conseguir filtrar usando as palavras chave citada no parágrafo anterior e selecionando os artigos após os resultados e leituras dos títulos e resumos dos trabalhos os que foram selecionados estão apresentados no quadro a seguir. Para o quadro 5 a seguir ele foi adaptado da autora Dione Costa Santos (2021), Tecnóloga em Gestão de Cooperativas e colega de graduação.

Quadro 5 - Artigos selecionados e analisados.

<b>Nº</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Palavra -Chave</b>	<b>Tipo De Estudo</b>	<b>Tipo (Artigo)</b>	<b>Local</b>	<b>Participantes</b>
1	Thiago De Carvalho Verano, Reginaldo Santana Figueiredo e Gabriel Da Silva Medina; (2021)	Agricultores familiares em canais curtos de comercialização: uma análise quantitativa das feiras municipais.	Desenvolvimento rural, comercialização, inclusão socioeconômica, feira do produtor.	Pesquisa qualitativa-técnica de coletas de dados entrevista estruturada por telefone.	Artigo	Feiras livres de Goiás	Agricultores(a) Familiares.
2	Ricardo Serra Borsatto, Henrique Carmona Duval, Fábio Grigoletto, Leandro De Lima Santos, Victória Rosália Silveira De Andrade e Larissa Cristina De Almeida Fernandes (2020)	Desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares.	Sistemas agroalimentares. Mercado institucional. Compras públicas. Política pública. Desenvolvimento rural.	Pesquisa qualitativa, tipo estudo de caso e técnica de coletas de dados entrevista e questionário.	Artigo	Angatuba-SP	Cooperativa - Agricultura Familiar.
3	Daniela Capelas Centeno Nakao e Antônio Lázaro Sant'ana (2020)	Certificação e circuitos curtos, caminhos possíveis para a sustentabilidade da agricultura familiar? O caso dos produtores de orgânicos do território noroeste Paulista.	Alimentos orgânicos. Produção. Comercialização. Circuitos curtos. Agricultura familiar.	Pesquisa bibliográfica, quantitativa e qualitativa com a técnica de coletas de dados entrevista.	Artigo	Noroeste Paulista / SP	Agricultores Familiares e Empreendimento Solidários.
4	Reilly Gonçalves Pires e Vinicius Piccin Dalbianco (2017).	A ocorrência da reciprocidade entre atores dos circuitos curtos de comercialização: O caso da feira do produtor do município de Dom Pedrito-RS	Reciprocidade, circuitos curtos, rede.	Pesquisa qualitativa sobre análises de dados e a técnica de coletas de dados foi a entrevista semiestruturada.	Artigo	Dom Pedrito-RS	Agricultores (a) Familiares.

5	Najla Kauara Alves do Vale, Sarah Nascimento Santana, Cleonice Borges de Souza e Daline Benites Bottega. (2020)	Circuitos curtos de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros em feiras livres no município de Iporá-GO, Brasil.	Território; comercialização; desenvolvimento.	Pesquisa quali-quantitativa, descritiva - exploratória, tipo estudo de caso e a técnica de coletas de dados entrevista.	Artigo	Iporá- Goiás	Agricultores Familiares/ Feirantes.
6	Silvia Do Amaral Rigon e Islandia Bezerra (2014)	Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades	Não tem fixado no trabalho.	A pesquisa teve uma base teórica de outro artigo e usou a entrevista como técnica de coletas de dados.	Artigo	Distrito Federal	Agricultores(a) Familiares
7	Darolt, Moacir; Lamine, Claire; Brandenburg, Alfio. (2013)	Alternativas de comercialização de produtos ecológicos no Brasil e na França	Feiras do produtor; mercados locais; agroecologia; circuitos curtos.	A pesquisa qualitativa e descritiva. E a técnica de coletas de dados de entrevista.	Artigo	Feiras do Brasil e França	Agricultores(a) Familiares.

Fonte: Adaptada de SANTOS (2021)

Para este quadro 6 o buscador 1 library foi selecionado e delimitado em sua busca pelo tema circuitos curtos de comercialização, como citado no parágrafo anterior os 7 artigos deste quadro foram selecionados e analisados após as leituras dos trabalhos e foram escolhidos por terem pesquisas com finalidades iguais a esta pesquisa e após isso os mesmos serão discutidos na análise de dados.

### **3. RESULTADOS E REFLEXÕES: COMO OS TRABALHOS ACADÊMICOS PODEM INSPIRAR?**

Os Circuitos Curtos de Comercialização se colocam como uma das alternativas ao modelo de comercialização agroalimentar que domina o mercado. Buscando uma reaproximação dos(as) consumidores(as) com os(as) produtores(a), esses circuitos são caracterizados pela presença de poucos (ou nenhum) intermediários conduzindo o processo de comercialização. Portanto,

“Esses circuitos reduzem o número de transações financeiras que o produto sofrer até chegar ao consumidor, promovendo muitas vezes oportunidades para os mercados locais, conexão entre produtor e consumidor, revalorização do espaço rural, possibilidade de diversificar os canais de venda, facilidade de acesso à produtos de qualidade e aos preços justos.” (SILVA, 2015, p.44).

Os Circuitos Curtos de Comercialização são classificados em dois vieses, a saber: vendas diretas e vendas indiretas. As vendas diretas são as que o(a) produtor(a) comercializa para o consumo sem a participação de intermediário, por exemplo: vendas na propriedade, feiras, colheita na propriedade, mercados institucionais, restaurantes, vendas para grupos de consumidores entre outros. As vendas indiretas, contam com participações de até um intermediário. Neste caso há ausência do produtor ao realizar a venda, tendo como exemplo as lojas especializadas, lojas de cooperativas, supermercados entre outros. Além da presença ou não de intermediários, “as distâncias percorridas pelo alimento até o consumidor também são relevantes para a determinação de circuitos curtos.” (SILVA, 2015, p. 44-45).

Nas vendas indiretas, a internet, com suas funcionalidades, abriu as portas desse grande mercado digital, que tem um alcance enorme, mas infelizmente muitos(as) agricultores(as) não sabem manusear os aplicativos e sites para se inserir



no meio digital. Podemos perceber através de uma pesquisa, algumas pistas para acreditar nesta dificuldade, como:

Os obstáculos, como os enfrentados por Meireles, para um campo mais tecnológico fazem com que apenas 23% dos agricultores tenham acesso à internet em toda a operação agrícola, segundo pesquisa da McKinsey & Company. O número cai para 13% em alguns segmentos, como o de algodão e o de grãos em algumas regiões. Outro levantamento sobre tendências, desafios e oportunidades para a agricultura digital, feito em parceria entre Embrapa, Sebrae e Inpe, mostrou que 57,5% dos produtores têm alguma rede social, incluindo o WhatsApp, e a usam para obter ou trocar informações sobre a propriedade. O estudo, no entanto, revela que a inserção tecnológica, em geral, não acompanha as etapas mais profundas dos processos produtivos. País afora, milhões de pequenos produtores têm na vida enraizada no campo o único incentivo para encarar a desigualdade e o atraso tecnológico. Dos 5 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, 76%, isto é, 3,8 milhões, não dispõem de processos tecnológicos de produção e escoamento da safra. Estudo da Embrapa que aponta que dos 3,8 milhões de estabelecimentos que geram renda, 2,5 milhões (ou 67%) são propriedades consideradas pobres, geridas especialmente por famílias dissociadas de grandes federações do setor e dos processos de modernização, e com renda mensal inferior a dois salários-mínimos (hoje, R\$ 2.200). Na outra ponta, não chega a 25 mil o total de estabelecimentos que geram 52% do valor bruto da produção agrícola. São as fazendas exportadoras, com renda mensal superior a 200 salários-mínimos (R\$ 220 mil), (CANAL RURAL, 2021).

Essa questão tratada acima reflete a necessidade de atualização das práticas de comercialização e consumo atualmente em expansão, sobretudo aquelas ligadas ao e-commerce e às vendas por aplicativos de entregas diretas ao consumidor final. Seguindo o raciocínio, as cooperativas de produção se destacam em seus produtos, com toda a história de criação daquele produto e fazem com o que os(as) consumidores(as) possam ter lembranças de seus locais de origem, colaborem com a qualidade e interfiram nas características dos produtos. Nessa linha, os Circuitos Curtos de Comercialização conseguem ampliar a comercialização dos produtos por estas características e assim elas são um diferencial no mercado capitalista.

Os Circuitos Curtos de Comercialização conseguem então, reconstruir a identidade entre o produzido, a sociedade e o território. Saber quem produz, onde se produz e como é produzido faz diferença para os consumidores como destacado por Darolt e Rover (2021). Segundo Schneider (2021), os Circuitos Curtos possuem a capacidade de criar reconhecimento e gerar confiança entre os agentes que participam das trocas de bens e produtos. Não raro, surgem relações de amizade e proximidade que se iniciam nas compras e vendas e adentram o universo familiar, o que ocorre mediante a visita ao lugar de origem do produto. Trata-se, acima de tudo,

de uma troca que se baseia em valores humanos, em coisas que têm uma origem, têm um nome, uma história e uma cultura, cria-se então laços de reciprocidade.

Conforme a autora Marlene Pra (*Apud* LOGISTICA, 2016, P.3), “Temple (2003) explica que, em uma economia de reciprocidade, existe uma relativização mútua das consciências por conta do seu confronto pela vontade mútua de ambos os parceiros. Ao ser capaz de inverter as suas posições respectivas, as dádivas e contra dádivas praticadas por dois sujeitos adquirem uma dimensão de "preocupação com o outro." Portanto, a relação de reciprocidade produz um vínculo social, que a diferença da relação de troca, não apenas é percebido o valor material ou monetário do objeto. A relação de reciprocidade gera, além dos valores materiais, valores afetivos e éticos (SABOURIN, 2009).”

A relação que produtor e consumidor podem ir além desta de comercialização e as trocas de comunicação viram uma relação pessoal em alguns casos. Para os autores PRA *et al.* (2016):

[...]relação de reciprocidade em uma estrutura binária simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a confiança e a justiça. Assim, outros tipos de relação organizadas em outras estruturas podem produzir outros valores específicos. (2016, P.4).

Como citado acima, esta relação se firma também na ideia dos “clientes fiéis”. Por exemplo, quando um consumidor vai a feira ele terá outras opções de agricultores familiares quando para comprar os produtos para sua casa, quando o mesmo compra no mesmo lugar por amizade ou pela relação de tratamento quando o consumidor pediu para fazer um preço melhor para aquele consumidor e o agricultor familiar atende a esse pedido para não só perde a venda do produto mais também pela relação que foi formada entre eles nessa troca das vendas direta que é um benefício desse modelo de comercialização.

No artigo de Verano *et al* (2021) intitulado *Agricultores familiares em canais curtos de comercialização: uma análise quantitativa das feiras municipais*, os autores buscam apresentar uma contribuição sobre a participação de agricultores(as) familiares nas feiras municipais de Goiás<sup>4</sup>, na proporção das feiras que representam

---

<sup>4</sup> A pesquisa foi realizada no estado de Goiás dada a importância das feiras municipais no estado. No Centro-Oeste brasileiro existem 85,8 feiras para cada milhão de habitantes, enquanto as regiões Sudeste e Sul apresentam, respectivamente, 51,3 e 42,9 e Nordeste e Norte apresentam, respectivamente, 33,1 e 18,8 feiras para cada milhão de habitantes (Ministério do Desenvolvimento

uma alternativa de inserção comercial aos agricultores familiares e identificar as características fundamentais das feiras que representam alternativas de inserção comercial para agricultores familiares. Para eles:

As feiras também podem proporcionar o fortalecimento de cadeias curtas de comercialização, de circuitos regionais e de redes agroalimentares alternativas. Alguns autores definiram as cadeias curtas (short food supply chains) da seguinte forma: (1) venda direta “cara a cara”, onde a confiança está na relação interpessoal; (2) “proximidade espacial”, incluindo o que é produzido e distribuído em uma região reconhecida pelos consumidores; e (3) “especialmente estendido”, nesse caso, a confiança é transmitida por um processo de garantia da qualidade (certificação) (Renting *et al.*, 2003; Darolt *et al.*, 2016). Apesar das grandes diferenças entre os mercados, nota-se que a participação da sociedade civil na promoção de um novo olhar sobre o desenvolvimento rural é fundamental para a reprodução de cadeias curtas de comercialização (Renting *et al.*, 2017).

Desta perspectiva, estes espaços populares se colocam como importantes espaços para a democratização dos acessos a produtos e aos produtores e que sejam protegidas em nichos, onde não seja possível a cooptação dos grandes sistemas agroalimentares. Ainda em Verano *et al* (2021), é possível atingir resultados da inclusão socioprodutiva da agricultura familiar. No que tange o Território do Sisal, sabidamente tempos feiras livres situadas em todos os municípios, tantos em espaços denominados como urbanos e até mesmo em espaços rurais. Nestes espaços temos vemos a comercialização direta, feita por quem planta e colhe ou cria e abate e até mesmo por quem colhe e beneficia, bem como intermediários que se colocam a comercializar produtos de sua comunidade ou até mesmo recolhem essas produções e compram a preços módicos e revendem, obtendo ali o lucro, apartados do processo produtivo. Há ainda, aqueles(as) que vendem outros produtos, como vestuário, utensílios domésticos, brinquedos, entre outros. A ideia de a feira ser livre possui suas verdades, pois a informalidade impera quando não si tem um vínculo empregatício, como de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), atividades do setor informal se caracterizam pela pequena escala, pela baixa distinção entre capital e trabalho e pelas relações de trabalho pessoais (Hespanha *et al.*, 2009). Este é um traço marcante da economia popular.

---

Social, 2014). Em Goiás, 88% dos municípios possuem feiras funcionando regularmente, sendo que 41,92% das bancas são de agricultores familiares, 67,16% das feiras contam com a participação significativa desse tipo de agricultor e 30 municípios goianos possuem feiras exclusivas de agricultores familiares (Verano & Medina, 2019). Porém, ainda são raros os estudos feitos na região Centro-Oeste sobre a inserção comercial de agricultores familiares em canais alternativos de comércio quando comparado com o número de estudos feitos nas regiões Sul e Sudeste.

No contexto dos autores, a pesquisa foi realizada entre os meses de dezembro de 2017 e novembro de 2018 e buscaram compreender em que medida as feiras do estado de Goiás representam alternativas de:

“(a) inclusão socioprodutiva de agricultores familiares; (b) fortalecimento de canais curtos de comercialização, circuitos regionais de produção e consumo e redes agroalimentares alternativas; e (c) uma possível alternativa ao modelo hegemônico do sistema agroalimentar industrial. Especificamente, buscam-se: 1. Verificar a proporção das feiras que representam uma alternativa de inserção comercial aos agricultores familiares; e 2. Identificar as características fundamentais das feiras que representam alternativas de inserção comercial para agricultores familiares.

Os resultados desta pesquisa revelam que quase a metade das feiras goianas têm participação relevante dos agricultores familiares e funciona como espaço para a comercialização dos seus diferentes produtos. Por mais que esta questão aparentemente já fosse esperada, ela consolida a visão de que, constatada essa diversidade, torna-se necessário embasar a diferença entre *embeddedness*, que tem sido traduzido como enraizamento, imbricamento e/ou imersão social, política e cultural (NIEDERLE, 2016). *Embeddedness* é, neste sentido, uma característica evidenciada a partir das economias pré-capitalistas e em transição que se colocam até a atualidade, que pode ser definido como a influência das redes e dos laços sociais nas interações econômicas, conferindo um caráter de reciprocidade, confiança e vantagem comparativa aos mercados diretos (HINRICHS, 2000 *apud* VERANO *et al*, 2021).

Porém, para se relacionar tal conceito às feiras, os autores afirmam que se faz-se necessário lançar mão de outros dois conceitos-chave que qualificam o termo *embeddedness*: o instrumentalismo e o *marketness*. Pode-se caracterizar o *marketness* como uma forma de atuação no mercado em que os agentes priorizam os melhores preços, e instrumentalismo como um tipo de atuação que prioriza metas econômicas (HINRICHS, 2000 *apud* VERANO *et al*, 2021). Entendemos então o *marketness* articulado à valorização do preço e sua importância primaz e o instrumentalismo à importância da vantagem individual, sendo que o alto instrumentalismo prioriza as metas econômicas e o baixo instrumentalismo prioriza os laços sociais.

Em feiras livres como conhecemos no Território do Sisal, geralmente sem estrutura física adequada, sem acompanhamento das prefeituras a ponto de equalizar

todas as demandas, onde facilmente vemos os(as) feirantes no chão, barracas(Madeira) e bancas (estruturas de ferro ou de concreto), com produtos expostos em lonas ou esteiras, com higiene questionável, sem definição dos locais adequadas por ramo de atividade, com a presença de animais domésticos junto a alimentos, abates de animais de forma inadequada entre outras questões, pensar nessa relação neste território e suas interconexões, se coloca como uma questão importante para novas pesquisas, sobretudo no que tange ao papel do Estado e também dos(as) consumidores(as) e esta correlação de forças pretendidas entre instrumentalismo e *marketness*, e avançar, como apontam os autores, compreendendo que o autor Thiago de Carvalho Verano (Apud AGRICULTORES, 2021, p.4),

“analisar os processos de produção, de distribuição e de consumo de alimentos apenas sob a ótica do consumidor consciente, do agricultor engajado e bem formado tecnicamente e das instituições (formais e não formais) fortes e democráticas não é suficiente para entender a diversidade de realidades em que produtores e consumidores estão inseridos. Esse tipo de perspectiva tem se mostrado ineficiente quando se tem o objetivo de entender os mercados e de promover a justiça social nas relações de produção e consumo alternativas (Goodman, 2017).”

É urgente, então, pensar em outros mecanismos de comercialização amparados na compreensão dos atores envolvidos, onde as cadeias curtas podem ser um campo de análise e de incentivo à construção de redes e podem ser definidas em duas dimensões: a da definição de qualidade dos produtos (locais, regionais, tradicionais e orgânico, agroecológico, saudável) e a da estrutura organizacional da comercialização (venda direta, proximidade espacial e espacialmente estendida) (Renting et al., 2003). As feiras se inserem na categoria de venda direta em que as indicações de procedência e os atributos de qualidade se estabelecem na relação direta entre agricultor e consumidor (Renting et al., 2003). Ainda é necessário superar a ideia de alternativo a este sistema complexo de comercialização e pautá-lo como estratégico e fundamental à superação das desigualdades e de valorização de quem produz e da forma que produz.

No intuito de realizar a pesquisa, os autores escolheram aleatoriamente uma feira da lista de 369 feiras e realizaram entrevistas por telefone com informantes-chave<sup>5</sup> em cada município. Os autores afirmam que “nos casos em que o respondente

---

<sup>5</sup> A escolha dos informantes foi referendada por agentes ligados ao poder público local e a organizações de agricultores familiares. Por meio de ligações aos sindicatos, cooperativas e prefeituras, foi sendo identificado o respondente ideal para cada município.

não conseguiu responder as perguntas mais complexas, descartou-se a entrevista e procedeu-se nova escolha aleatória” (VERANO *et al*, 2021, p. 5). Desta forma, realizaram 68 entrevistas, porém “nove estavam incompletas e foram descartadas (...) porque apresentaram um padrão recorrente de incompletude” (idem). Notadamente, apesar de ser válida a pesquisa desta maneira, seria interessante estar *in loco* e dialogar com estas pessoas. Sobretudo por tornar possível a contextualização das respostas dadas e até permitir a vivência dos pesquisadores nestas feiras.

Os resultados acerca da inclusão socioprodutivas da agricultura familiar são interessantes. Dentre as feiras estudadas há grande e crescente participação de agricultores familiares entre os feirantes. As 59 feiras amostradas apresentaram média de 59,54 bancas por feira, sendo que, em média, 37,71 bancas são de agricultores familiares, representando 63,33% do total. Há cinco anos essa média era de 48,97 bancas no total e de 31,22 bancas de agricultores familiares, representando 63,76% do total. Ou seja, em cinco anos as feiras cresceram em quantidade de bancas em 21,59% e em quantidade de bancas da agricultura familiar em 20,78%. Porém, a porcentagem de participação da agricultura familiar por feira diminuiu 0,42%. As feiras também funcionam como espaço de comercialização para assentados, com média de 4,95 bancas de assentados da reforma agrária por feira. Entre as bancas da agricultura familiar a porcentagem é de 28,35% que expõem produtos da socio biodiversidade (baru, pequi, babaçu, cajuzinho do cerrado, cascas e ervas medicinais), representando média de 10,69 bancas por feira; 82,78% expõem produtos in natura (folhosas, legumes, frutas, grãos), representando média de 31,22 bancas por feira; 40,04% expõem produtos processados (queijos, doces, conservas, farinhas, polpas etc.), representando média de 15,10 bancas por feira; e 6,52% expõem artesanato, representando média de 2,46 bancas por feira. Produtos com selos (de orgânicos, por exemplo) só foram identificados em uma feira.

O que uma pesquisa no Território do Sisal poderia desvelar é sobre a participação dos produtos do extrativismo da caatinga, como umbu, maracujá do mato, licuri, caju, dentre tantos outros, fruto do extrativismo. A presença de licores, sucos, polpas, geleias e compotas, queijos e requeijões de vaca ou cabra. Do artesanato com palhas (ariri, pindoba, licuri), argila, madeira, sementes e bordados e da relação destes produtos com a participação feminina nestes espaços e da presença de quilombolas, assentados, associações e cooperativas, bem como grupos não-formais, nestes espaços e da presença dos intermediadores (ou atravessadores) em cada um

destes segmentos produtivos e onde se situam, presencialmente nestas feiras (como feirantes que produzem e comercializam ou feirantes que comercializam). Na pesquisa em Goiás, identificou-se que 66% das feiras possuem a figura do atravessador, porém, em 61,53% dessas feiras, existem atravessadores que compram também de agricultores familiares do município e entorno. Em média, as feiras goianas possuem 8,63 bancas de atravessadores e três bancas de atravessadores que compram seus produtos de agricultores familiares locais.

Os autores ainda destacam que dos quatro indicadores utilizados para analisar o fortalecimento de canais curtos de comercialização, circuitos regionais de produção e consumo e redes agroalimentares alternativas, obtiveram-se os seguintes resultados: (a) 72,88% das feiras atendem ao indicam uma quantidade de atravessadores menor que a de agricultores familiares e, em feiras em que existem atravessadores, pelo menos metade deles deve adquirir também da agricultura familiar local); (b) 67,8% das feiras possuem a presença de pelo menos três das quatro características a seguir: presença de produtos específicos; fidelização de consumidores a determinados feirantes agricultores; fidelização de consumidores a feira como um todo e prática de negócios de compra e venda de insumos e serviços entre os feirantes); (c) 91,53% das feiras têm a presença de pelo menos 4 tipos de produtos processados de origens diferentes; e (d) 54,24% das feiras influenciam de alguma maneira pelo menos três das quatro questões a seguir: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); criação ou fortalecimento de política pública local; estabelecimento de novos negócios entre os agentes ligados à agricultura familiar; e estímulo para a inserção de novos agentes nas cadeias produtivas). Do total, 32,20% das feiras cumpriram com os quatro indicadores desse critério concomitantemente.

Uma pesquisa a ser realizada no Território do Sisal, estabelecendo estes indicadores para análise, pode identificar gargalos de produção e/ou comercialização, bem como o papel das associações e cooperativas, dos municípios e também do IF Baiano (ver Figura 9), no desenvolvimento de ações que melhorem os índices com vistas à maior participação da agricultura familiar e da formação de consumidores(as) conscientes com seu papel neste processo de comercialização ético, justo e solidário com vistas à proporcionar movimentos de aproximação entre produtor e consumidor. A grande ocorrência de produtos específicos das regiões, de clientes fidelizados (tanto a determinados feirantes quanto à feira como um todo) e de processos de trocas de experiências e de produtos entre os feirantes demonstra que as feiras estudadas são

espaços de (re)criação de relações de reciprocidade e de fortalecimento de redes sociais.

Figura 9: interconexões entre atores dos circuitos curtos de comercialização.



Fonte: autor (2022).

Essa Figura parte da reflexão possível a partir da leitura de Verano (*et al*, 2021) e debate frontalmente com o que Hinrichs (2000) discute quando aborda o conceito *embeddedness*. Os resultados revelaram que existem o instrumentalismo e *marketness* nas feiras, “pois os feirantes alteram preços dos produtos de acordo com oscilações do mercado, negociam produtos e serviços entre eles e com os clientes, e se organizam em associações e cooperativas” (p. 15).

Seguindo, o trabalho intitulado *Desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Fomentar Autonomia de Agricultores Familiares*, de Borsatto *et al* 2020, em seu título, não parecem apontar diretamente o uso dos circuitos curtos em sua reflexão. Porém, sua abordagem objetiva justamente compreender a comercialização e o acesso da produção aos consumidores, através de uma política



pública. Ao citar o sociólogo francês Henri Mendras em um texto que reflete a década de 1960, os autores já problematizam que,

as modificações substantivas que ocorriam no campesinato face à modernização agrícola e sua latente integração aos mercados, sendo revelada uma tendência à perda da autonomia. Tal perda, caracterizada pela transformação do produtor, ora também consumidor de seus produtos, que paulatinamente deixaria de produzir para consumo de sua família, bem como de prover os fatores produtivos a serem utilizados em seu espaço de vida e trabalho, a unidade familiar de produção (MENDRAS, 1976).

Assim, ao refletir sobre a ideia de autonomia, categoria fundamental para pensar os circuitos curtos, os autores pensam sobre como as políticas públicas, mesmo que de forma não definitiva “não elimina a dependência que historicamente marca a agricultura familiar brasileira em relação às estruturas agrárias e mercantis” (BORSATTO *et al*, 2020, p. 5). Ao refletir sobre o Programa de Aquisição de Alimentos<sup>6</sup> no município de Angatuba<sup>7</sup>, em São Paulo, os autores levam em conta que, na medida em que o programa valoriza a diversificação produtiva, pode-se falar em aumento potencial da autonomia em relação ao que se planta, como se planta e como se destina a produção, elementos extremamente importantes para a lógica de produção e reprodução camponesa.

De forma diversa de uma reprodução dependente do mercado e suas estruturas, uma reprodução autônoma, por assim dizer, é aquela que têm relações com o mercado, mas que mantém em suas diligências parte dos recursos necessários para sua produção (e reprodução) (PLOEG, 2006). Nesse sentido, a agricultura familiar acaba por articular estratégias de sobrevivência variadas, que por sua vez proporciona conhecer a forma imbricada a envolver o modo de vida e as atividades desses agricultores. Sendo assim, é possível afirmar que a capacidade dos agricultores familiares em adaptar suas relações de produção mostra-se importante

---

<sup>6</sup> PAA emergiu como resultado da confluência de dois importantes debates ocorridos durante a década de 1990 no Brasil. O primeiro tinha como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. O segundo debate era direcionado ao reconhecimento da importância da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais. Assim, o PAA atua paralelamente nestas duas frentes, apoiando o desenvolvimento rural ao estabelecer um mercado garantido com preços pré-definidos para os produtos da agricultura familiar, e garantindo a segurança alimentar e nutricional de populações em situação de vulnerabilidade social pela distribuição gratuita desses alimentos a essas populações (MALUF *et al.*, 2015; ROCHA, 2009).

<sup>7</sup> Foi realizado um estudo longitudinal sobre o PAA no município de Angatuba, no primeiro semestre de 2017, foram entrevistados e aplicados questionários ao gestor da cooperativa, ao técnico responsável pela gestão do programa contratado pelo município e a 50 agricultores, cooperados da Cooperativa de Laticínios Angatubense (COLANG) que estavam entregando para o PAA naquele momento.

como estratégia por soluções quem conduzam a melhores condições de vida (PLOEG, 2008).

O que os autores analisam é que, no município de Angatuba, o programa foi eficiente em beneficiar os agricultores mais descapitalizados, a gestão dos recursos era feita de forma transparente, todos os envolvidos eram bem informados sobre o programa, que por sua vez teve continuidade com a inserção de novos beneficiários no decorrer do tempo, pois existia uma relação de confiança entre os seus agentes (agricultores, cooperativa e município), desta feita o programa era considerado relevante pelos agentes públicos que o apoiavam. Porém, isto não foi suficiente para expandir o grau de autonomia relativa e, conseqüentemente, a resiliência das famílias de agricultores beneficiadas pelo programa. Desta forma, o acesso a esta política os arranjos institucionais locais precisam ter clareza de que somente a garantia de escoamento da produção a preço justo é insuficiente, sendo as ações que promovam a autonomia dos agricultores, fundamentais nesse processo.

Se pensarmos no Território do Sisal, o acesso às políticas públicas que envolvem a comercialização de produtos da agricultura familiar, prescindem a necessidade de nortear estes grupos à busca por autonomia. Neste sentido, pesquisas que envolvam a compreensão destes atores no processo de acesso e permanência nestas políticas, bem como o fomento à formação no intuito de garantir a crítica e problematização à canais de interdependência que podem acionar dificuldades futuras, sobretudo com o esvaziamento das políticas, é fundamental. Ao permitir a comercialização com compras diretas, subsidiadas e com disponibilização direta aos consumidores, são fundamentais como experiência para pensar e agir em direção a outros mercados e novas estratégias de aproximação destes consumidores. No caso das redes de economia solidária, por exemplo, no Território do Sisal, permitir que os(as) consumidores(as) possam (re)conhecer os produtos locais – sobretudo aqueles que envolvem a agroindustrialização – são fundamentais para garantir os lações de pertencimentos e valorização dos entornos e de estimular a presença destes produtos em outros canais de comercialização, como supermercados, por exemplo e também avançar na reflexão sobre questões de Segurança e Soberania Alimentar, tão urgentes e imbricadas com estas políticas públicas, como emergentes entre consumidores e como temáticas de pesquisa.

Assim, a Figura 10, a seguir, posiciona, inspirado neste trabalho, a posição esperada de uma política pública nos circuitos curtos de comercialização.

**Figura 10:** Posicionamento das políticas públicas nos circuitos curtos de comercialização.



Fonte: autor (2022).

Destaco que para a existência dos circuitos curtos, nem sempre as políticas públicas são suficientes. No entanto, para a resistência destes circuitos, ela pode ser estratégica, com vistas à garantia do fortalecimento das redes, garantia de direitos e de articulação para outras ações.

Essa dimensão proposta anteriormente se articula diretamente com a pesquisa desenvolvida por Nakao e Sant'Ana (2020), de título *Certificação e circuitos curtos, caminhos possíveis para a sustentabilidade da agricultura familiar? O caso dos produtores de orgânicos do Território Noroeste Paulista*<sup>8</sup>. No caso da produção de orgânicos e da crescente participação de consumidores que demandam estes produtos, notório destacar que também no movimento de produção há a articulação com a sensibilização destes consumidores a conhecerem a dinâmica produtiva e os princípios que envolvem estes produtos.

Nesta pesquisa, os autores identificaram que no caso da aquisição de alimentos orgânicos via PNAE, a entidade executora (governo estadual ou municipal) deverá realizar uma pesquisa de preço e caso isso seja impossível, poderá crescer em até 30% em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, pois, em princípio, os preços de aquisição de produtos pelo PNAE têm como referência aqueles praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme estabelecido na Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011, e em alterações

<sup>8</sup> No total foram pesquisados 13 agricultores, o que corresponde a 86,6% dos produtores orgânicos certificados ou em fase de transição orgânica (dentre os dois agricultores não pesquisados, um disse estar deixando a atividade e se recusou a participar; no outro caso, tentou-se várias vezes agendar a entrevista com a produtora, mas sem sucesso), distribuídos nos seguintes municípios do Território Noroeste Paulista: Estrela D'Oeste (1 produtor), Indiaporã (2), Jales (3), Mesópolis (3), Ouroeste (1), Santa Albertina (1), Santa Fé do Sul (1) e Três Fronteiras (1). Nos demais municípios do Território não se constatou a presença de produtores com as características requeridas na pesquisa. Considerou-se como produtores em fase de transição aqueles que já adotaram em seus sistemas produtivos aspectos importantes das regras da produção orgânica, como a não utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos sintéticos.

posteriores (BRASIL, 2011). Assim, o processo asseverado na competição pelas compras se coloca no mesmo âmbito do consumo direto de alimentos a partir de consumidores, supermercados e não orgânicos, pela sensibilização sobre custo-benefício, origem, processos, saúde e ética/solidariedade.

A constituição do grupo de agricultores orgânicos e a estruturação da feira foram processos articulados pelo Colegiado do Território Noroeste Paulista, com apoio do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da Unesp de Ilha Solteira, e como parte da política de desenvolvimento territorial, então vigente em nível federal o resultado sobre o destino da produção, onde 84,6% do total dos pesquisados citaram as vendas diretas para consumidor final, 38,5% afirmaram vender para intermediários (atravessadores), 30,8% indicaram outros agentes, como por exemplo, o comércio varejista e os restaurantes, e 7,7% (um produtor) para órgãos públicos. Os(as) agricultores(as) enumeraram todos os canais de comercialização para os quais destinavam a produção, sendo que 76,9% utilizavam mais de uma forma de comercialização.

Neste sentido, o Território do Sisal também já teve, por exemplo, uma articulação com o NEDET, cuja coordenação se dava pela Universidade Estadual de Feira de Santana e desenvolveu ações diretamente com o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e as redes do território, com vistas à formação e incentivo à participação de mulheres nestes processos. A lacuna deixada por estas ações são amplamente possíveis de serem articuladas com o CETEP e o IF Baiano Serrinha, seja na extensão, seja nos cursos (sobretudo com políticas afirmativas de inclusão de mulheres e jovens agricultores nestes cursos) e em pesquisas que possibilitem analisar conjunturas e construir, participativamente, estratégias de valorização de circuitos curtos, da venda direta de produtos.

Diante da constatação da relevância da venda direta, foi perguntado aos agricultores(as) na pesquisa de Nakao e Sant'Ana (2020) sobre as vantagens e desvantagens da comercialização realizada aos(as) consumidores(as) finais. Quanto às vantagens, mencionaram: lucratividade maior, pagamento à vista, venda rápida, não ter devolução de produto e eliminação dos atravessadores (o que significa também ter maior margem de lucro). Já como desvantagens, apontaram: irregularidade das vendas (“há dias que não vende bem”); a necessidade de dedicação de tempo para esta atividade; o fato de demandar organização quanto às embalagens e ao transporte; a falta de informação por parte dos consumidores sobre

o que são os orgânicos; a falta de parcerias entre os agricultores; e a dificuldade de cobrar dos consumidores o preço real equivalente a um produto orgânico. Quanto à venda realizada para os atravessadores e outros agentes, 78% dos produtores relataram que a negociação é realizada por telefone, enquanto os demais (22%) disseram que vão até a empresa do comprador. Em relação a utilização de contrato durante a negociação, 89% afirmaram que não utilizam esse expediente, o que deixa os agricultores mais vulneráveis em caso de descumprimento do acordo.

Assim, no caso da atuação do curso Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, atuando no Território do Sisal, a realização de cursos, palestras, oficinas, por exemplo, podem ajudar a construir ações com vistas à compreensão, de atores participantes de redes de produção/comercialização, sobre como articular e fortalecer redes. A produção de selos de origem, de valorização de marcas, de busca por atender as regulamentações, de aproximação das redes sociais e virtuais, são fundamentais para o incremento de ações.

Na pesquisa paulista, a grande maioria (quase 70%) dos produtores possui certificação orgânica e comercializa parte de sua produção em circuitos curtos, especialmente a venda direta ao consumidor, em feira própria de orgânicos na cidade de Jales, organizada por meio de grupo informal de agricultores, mas uma parte expressiva depende também da venda a intermediários para escoar seus produtos. Embora o número de agricultores envolvidos na produção orgânica, no referido Território Noroeste Paulista, seja relativamente pequeno, o fato de estarem organizados em um grupo que tem promovido a comercialização direta aos consumidores e atividades de formação técnica dos produtores permite vislumbrar uma perspectiva de ampliação da produção orgânica. No entanto, esses produtores já carecem de reforçar suas estratégias de inserção em circuitos curtos que ampliam a autonomia e, potencialmente, as margens de lucro dos agricultores, embora demandem um esforço maior para realizar mais uma tarefa além da produção agrícola. Nesse sentido, a organização deles para entregar ao PNAE pode ser uma alternativa promissora. Esta pesquisa, ao contribuir para o conhecimento dos produtores e de suas estratégias de cultivo e comercialização de orgânicos no Território Noroeste Paulista, pode ser um instrumento para auxiliar nas decisões que visem apoiar os agricultores em atividade e/ou para ampliar esse tipo de produção, por meio de políticas públicas locais.

Assim, a Figura 11, a seguir, ajuda-nos a compreender a organização e identificação do tensionamento de redes e canais de comercialização e valorização da autonomia e da reciprocidade, fundamentais para o consumo ético e justo.

**Figura 11:** Relação possível entre circuitos curtos e autonomia.



Fonte: autor (2022)

Sobre aspectos que envolvem a Figura 8, o próximo artigo intitulado *A ocorrência da reciprocidade entre atores dos circuitos curtos de comercialização: o caso da Feira do Produtor do Município de Dom Pedrito-RS* de autoria de Pires e Dalbianco (2017), as relações de proximidade e justiça são refletidas. No município<sup>9</sup> pesquisado, novamente as feiras se tornam espaço e lugar de pesquisa e reflexão. Para os autores,

principalmente pela relação gerada devido ao contato direto entre os atores. Isto pode ressignificar as relações interpessoais e a relação entre consumidor e produto, além da ressignificação do próprio espaço que está sendo dinamizado. Neste tipo de circuito a identidade e as informações do alimento são preservadas devido ao contato entre as partes. Esta é uma relação de reciprocidade, pois inicialmente o que une os atores inicialmente é a transação comercial, mas o valor financeiro não é o único ou o mais importante, são importantes também a confiança, socialização, fidelidade, amizade entre outros valores (PIRES E DALBIANCO, 2017, p. 3).

<sup>9</sup> Dom Pedrito é um município localizado na região da Campanha Gaúcha.

Percebo isso nas minhas vivências em feiras livres que frequento no meu município. A rede de confiança que se estabelece por saber de onde vem o que é produzido, como é produzido, as relações que se constroem no ato da compra, são muito interessantes, pois “Além de oportunizar o escoamento de produção de forma cíclica aos feirantes, possibilita ao público adquirir produtos provenientes da agricultura familiar” (idem, p. 3), no caso de pensar as vendas em feiras com produtos *in natura* (frutas, legumes, verduras), carnes, ovos, leite, artesanatos, agroindustrializados e aqueles oriundos do extrativismo e “conectando os dois extremos do circuito com relações para além do significado mercantil” (idem, p. 3).

Interessante aprender e complexificar, neste artigo, que os autores fazem referência às Redes Alimentares Alternativas (Alternative Food Networks- AFN), que é como são descritos e refletidos os Circuitos Curtos de Comercialização fora do Brasil (Darolt *et. al*, 2016). Darolt explica que as AFN apresentam como principais características, elementos como a cooperação entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais com identidade territorial e revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada. Onde,

As redes alimentares alternativas são muito diversas e privilegiam os circuitos curtos (CC) de comercialização (feiras do produtor, entrega de cestas, pequenas lojas de produtores, venda na propriedade ligada ao agroturismo, venda institucional para alimentação escolar, entre outras formas de venda direta). Para Marsden *et. al.* (2000) o mais importante para caracterizar um circuito curto ou cadeia curta é o fato de um produto chegar nas mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde o produto foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção) em detrimento à alimentação padronizada da agricultura industrial caracterizada por Ploeg (2008) como “impérios alimentares” (DAROLT *et al*, 2016, p.2).

O que talvez mereça destaque é que o pensamento de ‘alternativa a’ deve ser elaborado com cautela, sobretudo com vistas à ideia de emancipação e sentidos de ética e justiça diante do capitalismo até então vigente, onde a reciprocidade se coloca no âmbito da mudança de visão de mundo e de como os sujeitos, frente a essa rede, estabelecem suas conexões. Sendo assim,

Parte-se do pressuposto de que, embora muitas mudanças estruturais sejam, de fato, resultado de “forças externas” (como o Estado, o mercado ou as políticas internacionais pró-desenvolvimento), as formas de intervenção só afetam as oportunidades sociais e a conduta dos indivíduos à medida que se introduzem em seus modos de vida, tomando forma, direta ou indiretamente,

nas experiências do cotidiano (Long, 2007, p. 42). A perspectiva orientada aos atores visa, justamente, compreender o modo como distintos agentes influenciam a formulação e a implementação de políticas e projetos de desenvolvimento, afetando seus resultados. (SCHMITT, 2011, p. 92)

Assim, para os autores, a ideia de que a ação econômica é ao mesmo tempo um construto da rede, localizado dentro dela e uma das possíveis representações ativas de uma rede, logo a ação econômica pode ser considerada como uma das ferramentas disponíveis de uma rede social e que esta lógica apresentada reforça a visão de Darolt (2016) que diz que as principais características nas AFN são entre outros são cooperação entre produtores e consumidores, dinamização de mercados locais através da valorização de produtos de qualidade e da identidade territorial.

Reforço neste sentido a necessidade de pesquisas que pensem o território. A dinâmica do Território do Sisal, que possui essa rede estabelecida com vinte municípios que se interconectam de formas muito diferentes e com atividades produtivas alicerçadas na convivência com a caatinga e semiárido, estimulam a compreensão dessas mobilidades dadas pela produção e consumo. Entidades de representação, movimentos sociais, centros de educação e pesquisa, cooperativas e associações, agricultores(as) em associações, cooperativas e grupos de produção, estabelecem seus elos e rizomas neste processo, o que ainda não são plenamente compreendidas e conectadas. Como nesta pesquisa realizada no Rio Grande do Sul e inspirada por Temple (2009) em seu texto, que apresenta a reciprocidade como positiva, negativa e simétrica, podemos perceber como valores como confiança e prestígio, ou seja, valores para além de benefícios econômicos, também é revelada a importância da convivência entre os atores e do fomento a relações que se conscientizam sobre esses marcos. É importante destacar, neste sentido, que conhecer as subjetividades, práticas e estratégias já estabelecidas, podem suscitar ações mais concretas com vistas a consolidação de um sistema de venda e compra amparados em outras conexões. Interessante destacar, por fim, que é instigante pensar que as feiras livres são espaços interessantes para estas reflexões.

Assim, o trabalho de Do Vale *et al* (2020) de título *Circuitos curtos de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros em feiras livres no município de Iporá-GO, Brasil*, nos ajudam a avançar neste sentido, pois parte da crítica a esse alongamento dado entre produção-distribuição-consumo das cadeias produtivas. Assim como o texto anterior se coloca nas AFN, este já se elabora a partir das Cadeias



Curtas Agroalimentares (CCAAs), outra forma de denominar os Circuitos Curtos de Comercialização.

Nos dados disponibilizados na pesquisa, o tempo de permanência dos(as) agricultores(as) familiares nas feiras livres do município ultrapassa, em maioria, os nove anos. Destacam também a presença de mulheres nestes espaços e que estas, são responsáveis pelos processos de produção de hortaliças e frutas e que, nas feiras, em maior número, também estão as consumidoras, o que facilita o diálogo e as relações de troca e reciprocidade, apesar de uma presença majoritária de homens, independente da atividade exercida no processo de produção.

As formas de comercialização em feiras livres do município pesquisado, também são inspiradores ao compararmos com a experiência nas feiras do Território do Sisal. Geralmente são frescos, visíveis ao consumidor e com forte identidade territorial. O que motiva os consumidores a procurarem estes espaços. Valorizar as feiras livres como potenciais a este encurtamento dos circuitos, também é valorizar a busca por potencializar a matéria-prima, o modo de fazer e os significados culturais inscritos no local. Essa importância não enfraquece a necessidade de refletirmos sobre o papel dos intermediadores, da estrutura das feiras e do potencial de comercialização de outros locais de consumo como o atacadista/varejista e o institucional.

Essa questão é defendida pelo trabalho *Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades*, de Rigon e Bezerra (2014). É notório o contexto em que se este trabalho é escrito, onde vivenciamos o fortalecimento a ampliação das políticas públicas voltadas às compras institucionais e ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional. O que gostaria de destacar em referência a ele é a importância de compreendermos processos aparentemente consolidados que já vivemos e a necessidade de fortalecer sob outros pressupostos a garantia destes direitos (como os Fóruns, Conselhos e redes) e de assimilar sem acolher, as perdas que veem acontecendo, neste sentido.

Para as autoras:

Experiências exitosas na construção de mecanismos alternativos de mercado, com alimentos provenientes da agricultura familiar ecológica, vêm sendo registradas por estudos realizados em diferentes estados do Brasil e demonstram a viabilidade da proposta. Torna-se também importante resgatar a existência de mecanismos desenvolvidos no âmbito do PAA e do PNAE, que garantem o pagamento de um preço diferenciado para a compra de

alimentos ecológicos, o que consiste em importante estímulo à opção pela transição agroecológica por parte da agricultura familiar.

Essa reflexão feita em 2014, dialoga com o que já foi exposto neste capítulo e destacam que o Estado não pode ser dissociado dessas dinâmicas que envolvem a consolidação dos Circuitos Curtos. E esse reconhecimento pelo Estado não seja por porque a lei de aquisição alimentar esta vem vigor e sim pelo fato de poder ver o desenvolvimento de todos atores envolvido.

Podemos aprender com estes trabalhos que este modelo de comercialização não se movimenta só. Os atores envolvidos em todas as etapas são quebras cabeça importante para a sustentabilidade desse modelo a cooperação entre os atores são fortes, mais precisa de um apoio maior do Estado e dos consumidores também.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme visto nesta pesquisa sobre os Circuitos Curtos de Comercialização, o trabalho descreve este movimento de dentro para fora (dos/a agricultores/as familiar aos/as consumidores/as). O intuito desta pesquisa foi mostrar experiências e modelos de circuitos curtos de comercialização, que trazem sobremaneira as feiras livres como locus onde se permite reafirmar a importância da venda direta, das relações de confiança e de reciprocidade.

Esta pesquisa só incrementa ainda mais meu interesse sobre os circuitos curtos de comercialização, onde colocando como delimitação geográfica o Território do Sisal, pode suscitar ações integradas como já descritas no texto e aparecerem nos componentes curriculares dos cursos integrados e superior em Gestão de Cooperativas, do curso de bacharelado da UNEB e dos cursos do CETEP. Como dito no trabalho Rigon e Bezerra (2014), olha-se muito para o sul e sudeste, nestes casos de experiências com Circuitos Curtos, a pergunta que faço é: o que falta para pautarmos essa dimensão no nordeste de forma imperativa e contundente? E, respondo que a presença de atores que participam destes processos de comercialização precisa estar em diálogo ou até mesmo presentes nestes espaços de pesquisa e desenvolvimento de estratégias.

Ao pensar o território como estímulo a esta ações, oriento o olhar também para a compreensão da multiplicidade de dinâmicas produtivas e de consumo circunscritas

ao Sisal, para que possamos nos inspirar e dinamizar pesquisas/intercâmbios com vistas à valorização dessas experiências e na multiplicação delas a outros contextos interessados.

Importante também não isentar o papel do Estado no fomento, acompanhamento e avaliação destes processos, assumindo o seu papel diante do fortalecimento da superação das desigualdades e da valorização do local diante do que vem de fora. Competir com os industrializados, com os grandes conglomerados de atacado e varejo e com a ascensão das compras através de aplicativos e sites é desigual quando colocamos produtores/comerciantes que mal sobrevivem no analógico e proximal. Destaco assim a importância de aproximar as juventudes, de conectar esses grupos ao digital e de favorecer os espaços presenciais com estrutura física adequada, divulgação ampla e sensibilização dos(as) consumidores(as).

Estes(as) últimos(as), os(as) consumidores(as), são o elo fundamental para os Circuitos Curtos de Comercialização e sua participação não pode ser subdimensionada. Urge estimular a reflexão dos indivíduos sobre seu papel político quando consomem. Escolher, validar, divulgar e comprar produtos de quem está próximo, dinamiza e faz circular dinheiro, relações sociais e conexões de pertencimento, que são importantíssimos para garantias do que defendemos: o ético e o justo.

Algumas questões podem ser objeto de futuras pesquisas que visem aprofundar o conhecimento sobre a função e a relevância das feiras, tais como: (a) qual a importância do arranjo institucional do município ou do território na viabilização de um modelo de feira que atenda aos anseios de consumidores e de agricultores familiares e aos preceitos de um modelo de desenvolvimento rural inclusivo?; (b) como a feira exerce o papel de aproximação e articulação entre consumidores, agricultores, poder público e sociedade civil?; (c) em que medida o comportamento instrumentalista e o de mercado contribuem ou atrapalham a feira no âmbito das cadeias curtas de comercialização?, e (d) como as feiras podem contribuir para a consolidação de cadeias curtas em regiões empobrecidas, onde as figuras do consumidor consciente e do agricultor capacitado não são recorrentes? Deixo aqui, nesta pesquisa, um breve relato a partir de textos que refletem fora de nosso contexto, mas muito inspiradores. Minha contribuição não se esgota aqui, mas seguirá, em novas pesquisas que se alocam objetivamente ao meu lugar de fala e de olhar, onde estão as minhas

vivências. No entanto, agora embasado, consigo compreender que tais dinâmicas se conectam a partir de múltiplos atores e que (re)tecer esta rede é um fiar coletivo.

## REFERÊNCIAS

APENAS 23% dos produtores rurais usam internet na produção agrícola. Correio Rural, 2021. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/correio-rural/apenas-23-dos-agricultores-usam-internet-na-producao/381750/>> Acesso em 31 de mai. De 2022

Assessoria E Gestão Em Estudos Da Natureza Desenvolvimento Humano E Agroecologia. **FEBAFES se consolida como maior evento da agricultura familiar e Economia Solidária da Bahia.** Disponível em: < **FEBAFES se consolida como maior evento da agricultura familiar e Economia Solidária da Bahia (agendha.org)** >. Acesso em: 02. Jun.2022.

BORSATTO, Ricardo *et al.* **Desafios do Programa De Aquisição De Alimentos (Paa) Em Fomentar Autonomia De Agricultores Familiares.** Concórdia. Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, p. 19. 2020.

BRASIL. Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011. **Planalto Gov.** Brasília, DF, 2011 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm). Acesso em: 03 de fevereiro de 2022.

DAROLT, Moacir *et al.* **Alternativas de comercialização de produtos ecológicos no Brasil e na França.** Porto Alegre. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. p. 5. nov. 2013.

DAROLT, Moacir; ROVER, Oscar. **Circuitos Curtos De Comercialização, Agroecologia E Inovação Social.** Florianópolis. Estúdio Semprelo, 2021.

DAROLT, M. R., LAMINE, C., BRANDENBURG, A., ALENCAR, M. D. C. F., & ABREU, L. S. Redes alimentares e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, 19(2), 1-22., 2016.

DIAS, B. **Os Desafios Na Formação De Um Circuito Curto De Comercialização: Uma Análise Da Olericultura Em Conceição Do Jacuípe.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Centro De Ciências Agrárias Ambientais E Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, p. 132. 2017.

Dominique TEMPLE, "Razão e nascimento da reciprocidade simétrica", Razão e nascimento da reciprocidade simétrica, 2009, <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php>. Acesso em: 01 mai. 2022.

FERRARI, D. L. (2011) **Cadeias Agroalimentares Curtas: a Construção Social de Mercados de Qualidade pelos Agricultores Familiares em Santa Catarina.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FONSECA, João. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Ceará. Centro de Educação, 2002.

GIL, Antonio. **Como elaborar projetos de pesquisa.** N° 5. São Paulo: Atlas, 2016.

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: S. Schneider & M. Gazolla (Orgs.), **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar** (p. 59-82, 1ª ed). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

HESPANHA, P., HESPANHA, P., & NAMORADO, R. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, (84), 49-63, 2009.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

NAKAO, Daniela; SANT'ANA, Antônio. **Certificação e circuitos curtos, caminhos possíveis para a sustentabilidade da agricultura familiar? O caso dos produtores de orgânicos do Território Noroeste Paulista**. Noroeste Paulista. Revista da Universidade Federal do Paraná, p. 21. 2020.

HINRICHS, C. C. Embeddedness and local food systems: Notes on two types of direct agricultural market. **Journal of Rural Studies**, 16(3), 295-303, 2000).

NIEDERLE, P. A. Mercados como arenas de luta por reconhecimento: disputas morais na construção dos dispositivos de qualificação dos alimentos. **Política & Sociedade**, 15(33), 97-130, 2016.

PIRES, Reilly. **A Ocorrência Da Reciprocidade Entre Atores Dos Circuitos Curtos De Comercialização: O Caso Da Feira Do Produtor Do Município De Dom Pedrito-Rs**. Dom Pedrito. Repositório Institucional da UNIPAMPA, p. 19. Fev/abr. 2017.

PIERRI, M. C. Q. M. & VALENTE, A. L. E. F. (2015) **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura**. In: 53º Congresso de Economia e Sociologia Rural. Alagoas.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

PRA, Marlene. **Lógicas E Estratégias De Comercialização Na Agricultura Familiar Do Agreste Da Paraíba**. Paraíba. Revista Esa, p. 23, abr. 2016.

RENTING, H., MARSDEN, T. K., & BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: S. Schneider & M. Gazolla (Orgs.), **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar** (pp. 27-52). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

RIGON, Silvia; BEZERRA, Islandia. **Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades**. Curitiba. Departamento de Nutrição, Demetra, p. 10. 2014. SILVA, Felipe. **O Território do Sisal**. Bahia. Repositório da Ipea. P. 34. 2016.

SANTOS, Dione. **Juventude Rural E Economia Solidária: Uma Revisão De Literatura**. Monografia (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Serrinha, p. 43. 2021.

SILVA, B. **Circuitos Curtos De Comercialização De Alimentos Orgânicos: Emancipação Socioeconômica Na Agricultura Familiar?**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 121. 2015.

SCHNEIDER, S. & FERRARI, D. L. (2015) **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o Processo de Realocação da Produção Agroalimentar em Santa Catarina**. Organizações Rurais & Agroindustriais. V. 17(1). 56-71.

VALE, NKA, SANTANA, SN, SOUZA, CB & BOTTEGA, DB. (2020). Short distribution channels of horticulture produce in Open-air markets in the City of Iporá-GO, Brasil. Research, **Society and Development**, 9(7):1-15, e22397403, 2020.

VIAL, L. A. M.; SETTE, T. C. C.; BATISTI, V. S. & SELLITTO, M. A. (2009) **Arranjos produtivos locais e cadeias agroalimentares: revisão conceitual**. Revista GEPROS, V.5 (2). 105-121.

VERANO, T. C., Figueiredo, R. S., & Medina, G. S. (2021). **Agricultores familiares em canais curtos de comercialização: uma análise quantitativa das feiras municipais**. Revista de Economia e Sociologia Rural, 59(3), e228830. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.228830>

WOLF, S. **Influência Da Competência Empreendedora Dos Coordenadores Nos Indicadores De Desempenho Dos Polos Ead**. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós- Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 222. 2014.

ZYLBERSZTAJN, D. (1995) **Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma Aplicação da Nova Economia das Instituições**. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo. São Paulo.